

DISPUTA TERRITORIAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E DIMINUIÇÃO NAS OCUPAÇÕES DE TERRAS¹

DISPUTA TERRITORIAL EN EL PONTAL DEL PARANAPANEMA-SP: AVANCE DEL AGRONEGOCIO CANAVIEIRO Y LA DISMINUCIÓN DE LAS OCUPACIONES DE TIERRAS

Camila Ferracini **ORIGUÉLA** *

Resumo: Para compreender melhor a atual questão agrária brasileira é fundamental analisar os problemas gerados pelo avanço do agronegócio. Em consequência deste avanço, a disputa territorial agronegócio-latifúndio e camponeses está cada vez mais acirrada. Esta disputa também é traduzida em disputas por modelos de desenvolvimento. Neste artigo procuramos compreender o avanço do agronegócio, principalmente, no Pontal do Paranapanema - SP, juntamente com a diminuição nas ocupações de terras nos últimos anos. Um dos elementos para discussão da redução das ocupações de terras é justamente a expansão sem medida do agronegócio. Outros elementos, é claro, influenciam nesta diminuição, todavia iremos apenas nos atentar ao avanço do agronegócio.

Palavras-chave: disputa territorial, agronegócio, latifúndio, camponeses.

Resumen: Para comprender mejor la actual cuestión agraria brasileña es fundamental analizar los problemas generados por el avance del agronegocio. En consecuencia de este avance, la disputa territorial agronegocio-latifundio y campesinos esta cada vez más tensa. Ésta disputa también es traducida en disputas por modelos de desarrollo. En este artículo buscamos comprender el avance del agronegocio, principalmente, en el Pontal do Paranapanema - SP, juntamente con la disminución en las ocupaciones de tierras en los últimos años. Un de los elementos para la discusión de la reducción de las ocupaciones de tierras es justamente la expansión sin medida del agronegocio. Otros elementos, por supuesto, influyen en esta disminución, sin embargo estaremos sólo mirar al avance del agronegocio.

Palabras-claves: disputa territorial, agronegocio, latifundio, campesinos.

¹ Este artigo é fruto da pesquisa intitulada "Formação da REDE DATALUTA: um estudo sobre as mudanças nas ocupações de terras no contexto da questão agrária atual", financiada desde março de 2010 e renovada até dezembro de 2011 pela FAPESP.

* Cursando Bacharel em Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Presidente Prudente/SP. Atualmente é pesquisadora do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. E-mail, camilaferracini@hotmail.com

Introdução

A ocupação de terras é a principal forma de acesso a terra para famílias camponesas excluídas e expropriadas pelo sistema capitalista de produção. Atualmente a luta pela terra não se resume somente às famílias que sempre viveram no campo, mas, também, às famílias que migraram para as cidades e desejam retornar ao campo e ao modo de vida camponês. Por ser a principal forma de pressionar os governos, as ocupações contribuem com a criação de assentamentos rurais.

A diminuição no número de acampamentos² e ocupações de terras trazem novos elementos para pensar a questão agrária atual. Se não há ocupação, não há pressão por parte dos movimentos socioterritoriais, a criação de assentamentos rurais diminui. Apesar da diminuição no contingente de famílias acampadas, ainda há no Brasil, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em torno de 220 mil famílias morando em acampamentos. Estes números são referentes tanto às famílias acampadas em beira de estradas quanto às famílias acampadas em propriedades alvos de ocupação. Destas, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais de 90 mil famílias estão vinculadas ao movimento³. Essas famílias organizadas em movimentos participam atualmente de disputas territoriais com os latifúndios e com o avanço do agronegócio, acirrando ainda mais a disputa por terras no país.

Vários elementos podem ser indicativos que influenciam na diminuição das ocupações de terras e que, conseqüentemente, alteram a questão agrária que vivemos. Um destes elementos é a expansão do agronegócio no país. Com a expansão de culturas canavieiras no estado de São Paulo e, mais precisamente, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado à disputa territorial antes entre latifúndio e camponeses encontra outro componente, agora o agronegócio, disputando territórios. O agronegócio tem aliados políticos, econômicos e ideológicos que travam ainda mais a desapropriação de terras para a reforma agrária. Sendo assim, traçar um paralelo entre o avanço do agronegócio e a diminuição das ocupações de terra, que é a principal forma de acesso à terra aos camponeses, é extremamente importante para a compreensão das ocupações nos últimos anos e, principalmente, em 2010 no Pontal do Paranapanema.

Disputa territorial e o avanço do agronegócio

O agronegócio é um modelo de desenvolvimento da agricultura que se caracteriza pela produção em larga escala, na maioria das vezes especializada em determinadas *commodities*, que tem como base o capital financeiro internacional e nacional, políticas governamentais, concentração fundiária, exploração do trabalho e degradação ambiental. Suas culturas são destinadas, principalmente, ao mercado externo. Segundo Carvalho (2005) compreende-se como agronegócio “o conjunto de empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão

² Quando abordamos a questão da diminuição do número de acampamentos estamos nos referindo aos acampamentos formados a partir da ocupação de terra, pois além destes existem os acampamentos organizados na beira de estradas.

³ Sobre os dados do MDA ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/854096-novo-ministro-diz-que-governo-nao-defendera-invasoesde-terras-productivas.shtml>.

Sobre os dados do MST ver:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/20/interna_brasil,187598/incra-contesta-numeros-do-mst-sobre-familias-acampadas.shtml.

relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização de produtos e subprodutos de origem agrícola, pecuária, florestal e agroextrativista (...) (p.198)”. As chamadas *commodities*⁴ produzidas predominantemente para exportação geram superávits na balança comercial brasileira, proporcionando cada vez mais a expansão deste modelo de desenvolvimento e sua aceitação política e ideológica entre a população.

O agronegócio no estado de São Paulo destaca-se, principalmente, pela produção da cana-de-açúcar, laranja, soja, carne e eucalipto. A produção da cana-de-açúcar expandiu-se do município de Piracicaba para Ribeirão Preto, seguindo por São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, chegando ao Pontal do Paranapanema a partir de 2006, devido às condições climáticas e topográficas favoráveis na região. Desde então o avanço do plantio de cana-de-açúcar expandiu-se, transformando propriedades antes improdutivas, os latifúndios, em propriedades altamente produtivas através do agronegócio.

A partir do quadro 1 podemos observar em números o aumento da produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo nos últimos anos.

Ano	Produção (Milhões de Toneladas)
2000	189.391.238,00
2001	201.682.870,00
2002	212.707.367,00
2003	227.980.857,00
2004	241.659.019,39
2005	254.809.736,45
2006	284.916.738,09
2007	327.683.588,04
2008	393.422.087,49
2009	423.087.218,07

Fonte: IEA - Instituto de Economia Agrícola Org. Autora

A produção de cana-de-açúcar praticamente triplicou no estado em menos de uma década. Este avanço proporciona o que podemos chamar de disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato. Disputa por territórios e por modelos de desenvolvimento territoriais. Para compreendermos esta disputa no Pontal do Paranapanema foram realizados alguns trabalhos de campo em propriedades que já foram alvos de ocupações de terra por movimentos socioterritoriais nos últimos anos. Procuramos classificar estas propriedades de

⁴ Expressão comercial utilizada para a denominação das mercadorias produzidas pelo agronegócio.

acordo com a sua produção, sendo agronegócio quando produz *commodities* e latifúndio quando encontramos a pecuária extensiva.

No quadro 2 podemos observar os resultados.

Quadro 2 - Propriedades do Pontal do Paranapanema e suas produções - 2010		
Município	Propriedade	Produção
Teodoro Sampaio	Fazenda São João	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Odebrech	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Isabel II	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Bonanza	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Barracão de Zinco	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Curumim	Cana-deAçúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Planaltina/Planalto	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Ida	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São José	Cana-de-Açúcar
Teodoro Sampaio	Fazenda São Sebastião	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Sítio São Carlos	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda 6R	Pecuária Extensiva
Teodoro Sampaio	Fazenda Bananal	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Santa Fé	Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda Ipezal/São Manuel	Cana-de-Açúcar

Sandovalina	Fazenda Santa Irene	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Sandovalina	Fazenda São Domingos I	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva/Milho
Sandovalina	Área da Duque Energia	Milho
Sandovalina	Fazenda Santa Rita	Cana-de-Açúcar/Pecuária Extensiva
Mirante do Paranapanema	Fazenda Dumontina/Cruzeiro do Sul	Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda São Luís	Cana-deAçúcar/Pecuária Extensiva
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	Pecuária Extensiva
Fonte: Trabalho de Campo, 2010 Org. Autora		

De acordo com o quadro acima, podemos notar que das 26 propriedades visitadas 9 destinam-se exclusivamente ao agronegócio, produzindo cana-de-açúcar e milho. Já a pecuária extensiva está presente em 11 fazendas, caracterizando o que chamamos de latifúndio. As outras 6 propriedades se encaixam no que denominamos de transição latifúndio - agronegócio. Sendo assim, há um total de 15 propriedades com a produção voltada para o agronegócio.

Em alguns casos, como podemos observar no quadro 2, encontramos tanto a produção de *commodities*, cana-de-açúcar na maioria dos casos, quanto a pecuária extensiva, um indício da transição de um território do latifúndio para o agronegócio. Apesar de ambos serem territórios capitalistas o que os diferenciam são a improdutividade e a produtividade, respectivamente. Ou seja, o agronegócio possui uma relação igual a do latifúndio que é apenas mascarada pela produtividade, ou por uma falsa produtividade como alguns autores preferem abordar.

Por serem territórios do capital, tanto o agronegócio quanto o latifúndio, são completamente distintos dos territórios camponeses, como por exemplo, os assentamentos rurais. O território do capital abrange grandes extensões de terras ora altamente produtivas (agronegócio), onde não há nada além das plantações de cana-de-açúcar, principalmente; não há sede, construções, muitas vezes não conseguimos nem encontrar a entrada da propriedade devido ao “mar” que os canaviais formam. Em propriedades improdutivas podemos notar o abandono da sede, das construções, não há nada além de pasto e pecuária, muitas vezes insignificantes e fruto de arrendamentos. Já o território camponês, que tem como base relações não-capitalistas de produção através do trabalho familiar, destaca-se pelas pequenas construções, com diferentes culturas agrícolas e criação de animais.

Segundo Fernandes (2008):

As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (p.16).

Martins (1995) também apresenta a propriedade capitalista a partir de um regime distinto da propriedade camponesa ou propriedade familiar.

[...] A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma (p.54).

Analisando o quadro 3, podemos compreender em quais municípios do Pontal do Paranapanema a produção de cana-de-açúcar, por exemplo, é mais expressiva, e principalmente o seu crescimento dos anos de 1995/1996 para os anos de 2007/2008. Comprovando a expansão da produção na região no decorrer dos anos e sua territorialização em algumas propriedades capitalistas.

Quadro 3 - Município - cana-de-açúcar (hectare) - dados LUPA 95/96 - 07/08					
Municípios	LUPA (1995/96)	%	LUPA (2007/08)	%	Crescimento (Há)
Alfredo Marcondes	123,4	0,2	149,2	0,1	25,8
Álvares Machado	340,5	0,5	482,8	0,2	142,3
Anhumas	101,2	0,2	6.809,0	2,6	6.707,8
Caiabu	2.058,8	3,3	9.895,4	3,8	7.836,6
Caiuá	3.032,9	4,9	6.395,6	2,5	3.362,7
Emilianópolis	121,1	0,2	5.706,1	2,2	5.585,0
Estrela do Norte	89,5	0,1	6.204,4	2,4	6.114,9
Euclides da Cunha Paulista	1.901,5	3,1	136,5	0,1	-1.765,0
Iepê	5.703,2	9,2	10.961,9	4,2	5.258,7
Indiana	88,2	0,1	223,4	0,1	135,2
João Ramalho	4.409,9	7,1	15.709,3	6,0	11.299,4

Marabá Paulista	3.364,8	5,4	13.335,6	5,1	9.970,8
Martinópolis	4.719,8	7,6	27.922,8	10,7	23.203,0
Mirante do Paranapanema	1.805,4	2,9	6.799,1	2,6	4.993,7
Nantes	0,0	0,0	5.627,3	2,2	5.627,3
Narandiba	93,4	0,2	5.256,7	2,0	5.163,3
Piquerobi	70,4	0,1	3.171,4	1,2	3.101,0
Pirapozinho	506,0	0,8	16.749,5	6,4	16.243,5
Presidente Bernardes	2.529,8	4,1	3.103,8	1,2	574,0
Presidente Epitácio	88,0	0,1	1.794,1	0,7	1.706,1
Presidente Prudente	4.392,7	7,1	9.785,0	3,8	5.392,3
Presidente Venceslau	1.545,3	2,5	9.574,5	3,7	8.029,2
Rancharia	5.255,8	8,4	22.300,0	8,6	17.044,2
Regente Feijó	1.212,2	1,9	2.078,9	0,8	866,7
Ribeirão dos Índios	0,0	0,0	3.174,6	1,2	3.174,6
Rosana	182,0	0,3	622,9	0,2	440,9
Sandovalina	91,9	0,1	19.425,6	7,5	19.333,7
Santo Anastácio	1.844,5	3,0	4.619,7	1,8	2.775,2
Santo Expedito	88,5	0,1	1.998,3	0,8	1.909,8
Taciba	3.154,6	5,1	17.675,4	6,8	14.520,8
Tarabaí	65,2	0,1	2.716,9	1,0	2.651,7
Teodoro Sampaio	13.257,6	21,3	19.726,6	7,6	6.469,0
Total	62.238,1	100,0	260.132,3	100,0	197.894,2

Fonte: LUPA 95/96 - 07/08. Org. José Sobreiro Filho.

Podemos observar que houve o crescimento de aproximadamente 136 hectares de área plantada em cerca de 10 anos só nos municípios que constituem o Pontal do Paranapanema. Este crescimento exacerbado do agronegócio canavieiro concomitante à diminuição das ocupações de terra a partir de o ano de 2008 traduz o acirramento da disputa por territórios nesta porção do estado de São Paulo.

O termo agronegócio surgiu na década de 1990 na tentativa de alterar a imagem improdutivo do latifúndio que pode ser alvo de reforma agrária por não cumprir com sua função social. Movimentos socioterritoriais como o MST nasceram da necessidade da luta pela terra, do processo de democratização da propriedade da terra, através das ocupações. Com o avanço do agronegócio no Brasil houve a ampliação dos focos das lutas camponesas, antes contra o latifúndio, agora, também, contra o agronegócio, novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista que do mesmo modo exclui e explora trabalhadores rurais. Para Fernandes (2004, p.02) “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade”.

De acordo com Cavalcante e Fernandes (2008, p. 17) “a soja e a cana-de-açúcar dividem as principais atenções dos agentes envolvidos no setor agroprodutivo devido à conjuntura favorável à produção de agrocombustíveis. As grandes empresas se desdobram para aproveitar as altas demandas do mercado, apropriando-se de territórios”. A produção de biocombustíveis está vinculada à demanda do mercado tanto interno quanto externo. A demanda influencia a produção que, conseqüentemente, precisa se apropriar de novos territórios. Os territórios dos latifúndios, voltados para a pecuária extensiva, inserem-se no chamado agronegócio.

Segundo Fernandes (2008, p. 5):

(...) Grandes latifundiários encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivoas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária.

Nas fotos abaixo podemos visualizar algumas fazendas visitadas no trabalho de campo realizado no Pontal do Paranapanema:

Foto 1: Fazenda Santa Fé, município de Sandovalina - pecuária extensiva



Fonte: Autora, 2010.

Foto 2: Fazenda Santa Maria, município de Teodoro Sampaio - cana-de-açúcar



Fonte: Autora, 2010.

Foto 3: Fazenda Beira-Rio, município de Teodoro Sampaio - cana-de-açúcar/pecuária extensiva



Fonte: Autora, 2010.

Fica claro, a partir das fotos apresentadas acima, as configurações espaciais de cada território. Na foto 1, a Fazenda Santa Fé, um latifúndio onde podemos notar a presença da pecuária extensiva. Já na foto 2, a Fazenda Santa Maria, temos o agronegócio, através do cultivo da cana-de-açúcar. E por último, na foto 3 podemos notar a transição do latifúndio para o agronegócio na Fazenda Beira-Rio, através do avanço da plantação de cana-de-açúcar. Ambos os territórios são capitalistas, a diferença está exatamente na produtividade do agronegócio e improdutividade do latifúndio, ou na transição do latifúndio para o agronegócio, como podemos observar em campo.

Nos últimos vinte anos tanto o campesinato quanto o latifúndio e o agronegócio aumentaram seus territórios. O campesinato aumentou através das ocupações e, conseqüentemente, da criação de assentamentos rurais, pressionando o poder público através da organização dos movimentos camponeses; o latifúndio e, nos últimos anos, o agronegócio avançando sob o latifúndio e a fronteira agrícola, está se expandindo por todo o território nacional.

Sendo assim, segundo Fernandes (2008, p.9) “o aumento dos territórios do campesinato e do agronegócio aponta para uma acirrada disputa territorial no futuro próximo com o começo do fechamento da fronteira agrícola brasileira (...)”. É essa disputa territorial cada vez mais acirrada que caracteriza a conjuntura agrária em que vivemos atualmente. Ambos os territórios estão se ampliando, todavia e, principalmente, em área de expansão agrícola.

Território, territórios distintos, territórios em disputa

Para compreender os tipos de propriedades ou territórios ocupados devemos nos atentar para o conceito de território. Para isto, iremos utilizar como referência autores como Claude Raffestin (1993), Michel Foucault (1978), Marcos Aurélio Saquet (2007), Rogério Haesbaert (2004), Bernardo Mançano Fernandes (2008). O conceito de território ressurgiu na ciência geográfica a partir, principalmente, das décadas de 1950, 60 e 70 em alguns países, superando a visão estritamente naturalista do território abordada por Friedrich Ratzel (1914), por exemplo. Alguns autores como Jean Gottmann, Giuseppe Dematteis, Massimo Quaini e Claude Raffestin foram pioneiros na abordagem do território no pensamento geográfico a partir dos anos 1950-1960.

As abordagens sobre o conceito de território alteraram-se conforme a necessidade de compreensão das transformações socioespaciais. Sendo assim, há a partir dos anos de 1950 a tentativa de superação das abordagens positivistas, neopositivistas, pragmáticas e descritivas presentes na geografia. É nesse período que o conceito de território e sua relação com o espaço geográfico, a partir da análise marxista, evidenciando a luta de classes e as relações de poder, recebem maior atenção.

Claude Raffestin (1993 [1980], p. 34), tendo como uma das suas principais referências Michel Foucault (1978), afirma que o território “[...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”. Relações estas que se concretizam no território e significam territorialidades. Sendo assim, “[...] o território é um produto socioespacial de relações que são econômicas, políticas e culturais e de ligações de redes internas e externas [...]” (SAQUET, 2007, p.81).

Ao falar de territorialidades Saquet (2007, p.77) explica, “[...] O homem vive relações sociais, a construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território, manifesta-se em diferentes escalas espaciais e sociais e varia no tempo [...]”. Sendo assim, podemos afirmar que o território é fruto de uma construção coletiva e multidimensional, com diferentes territorialidades.

Além de multidimensional, como apresenta Raffestin (1993), o território também é multiescalar, ou seja, distintos tipos de território organizam-se em diversas escalas geográficas, desde a escala local até a internacional. A multidimensionalidade e a multiescalaridade do território implica na socialização da tomada de decisões e no reconhecimento dos territórios das diferentes classes sociais (FERNANDES, 2008).

Para Oliveira (2002), o território é fruto de relações sociais que se territorializam desigualmente por mediações e ações econômicas e políticas, sobretudo, de controle, na processualidade da luta de classes. Diante disso podemos refletir que as relações de produção geram/conformam o território (OLIVEIRA apud SAQUET, 2007, p. 135). As relações sociais e, conseqüentemente, de produção que caracterizam o território e suas territorialidades possibilitam a existência de diferentes tipos de territórios, no caso, territórios capitalistas e territórios camponeses. Enfatizamos, portanto, que as propriedades/territórios capitalistas e camponeses são territórios distintos, com a produção de relações sociais e modelos de desenvolvimento completamente diferentes.

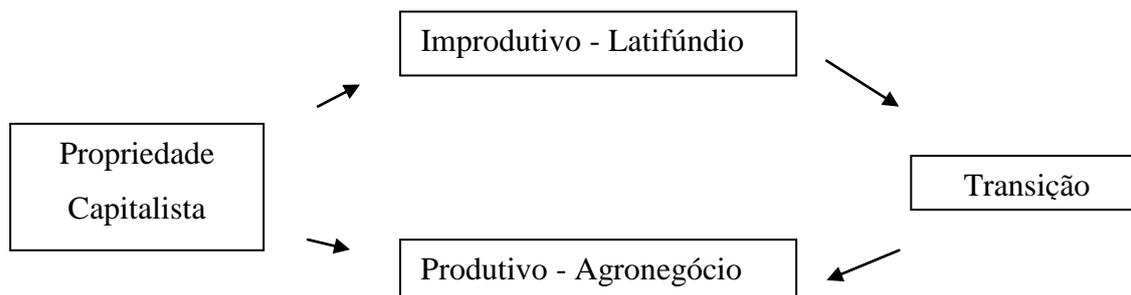
Para compreender a disputa territorial existente no campo brasileiro que configura a questão agrária atual e as ocupações de terras, devemos analisar os níveis e escalas territoriais existentes. Primeiramente, temos o território nas escalas nacional, regional, estadual, municipal e distrital. Depois o território enquanto propriedades que disputam o território nacional numa espécie de sobreposição de territórios (FERNANDES, 2008). Um território esta conseqüentemente contido no outro, uma propriedade capitalista, enquanto território está

inserido no território do município, estado, país, mundo. Decisões a nível internacional, nacional ou local alteram e afetam territórios/propriedades, por exemplo. Sendo assim, podemos dizer que os territórios estão organizados em redes, os chamados território-rede, espacialmente descontínuos, mas intensamente articulados entre si, diferente do território-zona, ou área, onde só se leva em consideração o espaço de governança, o chamado Estado-Nação.

A propriedade/território capitalista pode ser de dois tipos, latifúndio e agronegócio, todavia apresentam territorialidades, configurações espaciais diferentes como apresentado no tópico disputa territorial e o avanço do agronegócio. Temos também a propriedade pública que são terras do estado, geralmente griladas por grandes fazendeiros. E, por último, temos as propriedades de organizações não governamentais. Dentre essas daremos destaque principalmente à propriedade capitalista, já que os outros dois tipos são mais difíceis de serem perceptíveis sem pesquisas específicas. Lembrando que as terras públicas quando griladas por grandes fazendeiros ou empresas, destinadas à pecuária ou agronegócio são propriedades capitalistas.

No fluxograma abaixo podemos compreender os dois tipos de propriedades e a transição latifúndio - agronegócio que encontramos em algumas propriedades como já foi apresentado.

Fluxograma 1: Tipos de propriedades capitalistas.



Org. Autora, 2011.

Ocupações em propriedades capitalistas contestam, primeiramente, a concentração de terras no país, e a necessidade de se assentar famílias excluídas do processo de inserção dos meios de produção e expropriadas pela modernização no campo, principalmente, a partir da década de 1960. Mais do que isso, nos últimos anos os movimentos socioterritoriais através de ocupações, além de reivindicarem a criação de assentamentos para famílias acampadas, sendo uma forma de acesso a terra, também entram em disputa com novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, agora chamado agronegócio.

Além da multiterritorialidade, ou seja, a existência de múltiplas territorialidades e a conseqüente formação de distintos tipos de territórios temos, a partir destes, diferentes tipos de ocupações que não envolvem somente o território material e sua disputa, mas, também, o território imaterial formado a partir das relações sociais através de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. “(...) territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade (...)” (FERNANDES, 2008, p. 280).

Sendo assim, quando há uma ocupação em um território capitalista há uma disputa entre territórios materiais e imateriais distintos. “(...) a construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (...)” (FERNANDES, 2008, p. 280).

O avanço das ocupações de terras em fazendas com a produção de monoculturas é diferente da ocupação em uma fazenda improdutiva, apesar de ambas serem capitalistas. A diferença está, principalmente, relacionada à disputa de territórios imateriais. O território imaterial do agronegócio que prega o progresso, a produtividade é extremamente forte perante a sociedade. Sendo assim, quando se ocupa uma área altamente produtiva há a contestação e criminalização pela sociedade para com os movimentos socioterritoriais. Em outubro de 2009, por exemplo, o MST ocupou as terras da Fazenda da Cutrale, maior indústria de sucos de laranja do mundo, no município de Lençóis Paulista. Na grande mídia, inúmeras notícias vinculavam os sem-terras à destruição da propriedade que produz, que exporta, que gera riquezas ao País. Todavia, não noticiaram que a fazenda era de posse do Estado, ou seja, grilada pela empresa de sucos.

A ocupação em propriedades do agronegócio, como é o caso da Cutrale, é também uma forma de protesto contra esse novo modelo de desenvolvimento agrícola e territorialização de grandes empresas nacionais e transnacionais. Uma disputa por territórios materiais (territorialização) e imateriais (ideologia de desenvolvimento implícita no agronegócio).

Quando há a luta pela posse da terra, o camponês disputa territórios capitalistas materiais e imateriais com o intuito de territorializar-se política, econômica e culturalmente. Sendo assim, com a ocupação há a territorialização camponesa e a desterritorialização do capital. Todavia, a desterritorialização do capital significa também a sua reterritorialização em outra porção do espaço, consolidando-se em outros territórios, pois estes têm como essência o movimento, ou seja, a construção, destruição e reconstrução. Haesbaert (2004), afirma que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização é o movimento de construção do território. A desterritorialização pode ser tratada a partir de três grandes dimensões, a política, a econômica e a simbólica ou cultural (HAESBAERT, 2004).

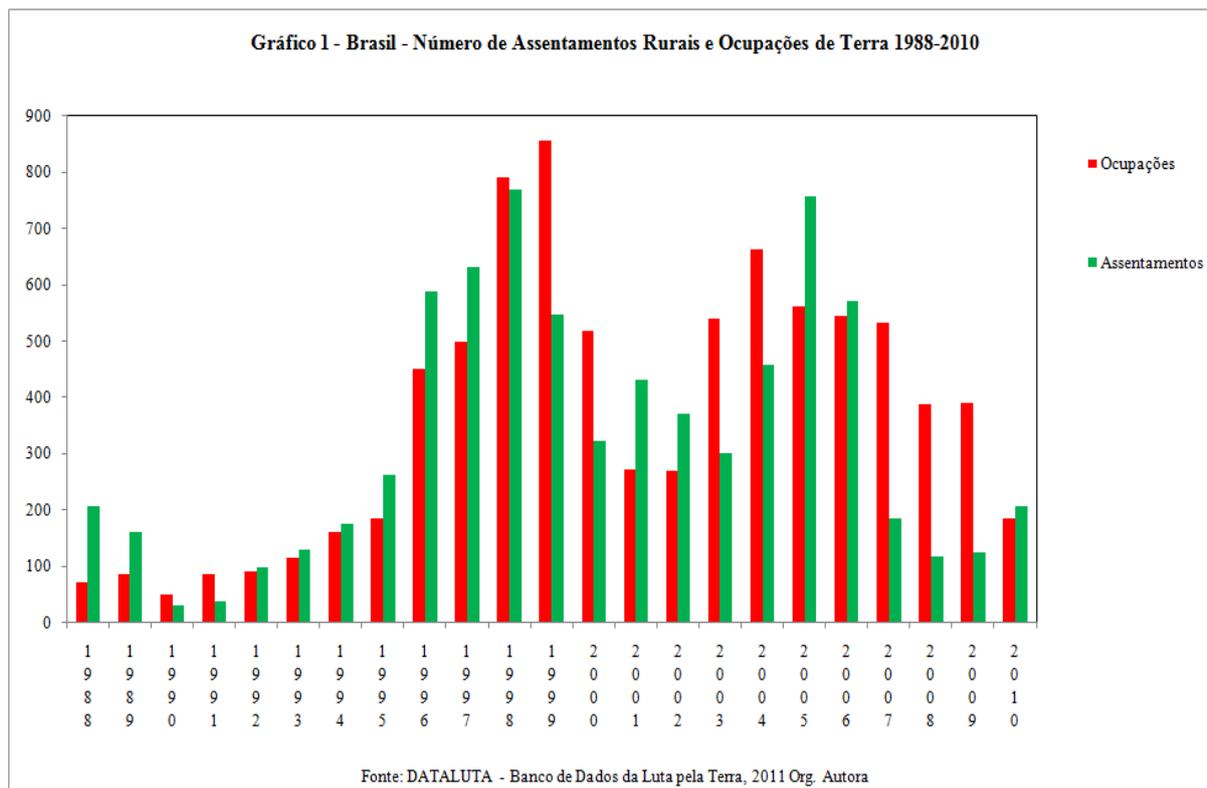
O agronegócio impede ainda mais a democratização do acesso a terra. Primeiramente, por ser produtivo em relação ao latifúndio, as áreas destinadas a essa prática não serão vistoriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, conseqüentemente, desapropriadas. Ou seja, o avanço cada vez maior do agronegócio e a transição de territórios antes latifúndios, agora produtivos, impede a criação de assentamentos rurais e investimentos na agricultura familiar. Nesse caso, compreender o território imaterial é imprescindível. Pois, sendo ele, uma disputa por espaço político reflete também nas políticas de criação de assentamentos e investimentos na agricultura familiar.

A luta pela terra encontra um “inimigo” poderoso, que prima pela espacialização e territorialização da monocultura mecanizada, e que, também, exclui trabalhadores do controle do trabalho no campo. Sendo assim, o avanço do agronegócio também inibe a luta pela terra e é um dos fatores que influenciam na diminuição das ocupações de terras.

A diminuição das ocupações de terras no Pontal do Paranapanema

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2008, houve a diminuição no número de ocupações de terra em todo o país. Fato interessante, já que as ocupações de terra são a

principal forma de acesso a terra para os movimentos socioterritoriais. É através das ocupações que inúmeras famílias organizadas em movimentos contestam a concentração fundiária, o avanço do agronegócio, os poucos investimentos na agricultura familiar, entre outros. No gráfico 1, podemos observar o quanto as ocupações de terras são um elemento importante no acesso a terra e criação de assentamentos rurais. Em anos de intensas ocupações há o aumento no número de assentamentos criados. Já em 2008 e 2009, a diminuição nas ocupações de terras acompanha a diminuição no número de assentamentos rurais implementados.



A diminuição das ocupações não significa a diminuição das manifestações camponesas, pois o número de marchas, passeatas e ocupações de prédios públicos foi significativo em 2010. Só no estado de São Paulo o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) registrou 31 atos camponeses de reivindicações. Ou seja, a diminuição no número de ocupações de terra não significa a diminuição da luta dos movimentos socioterritoriais, mas influencia consideravelmente a criação de assentamentos rurais, pois a ocupação é um elemento importante para pressionar os governos estadual e federal a agilizar a vistoria de propriedades que podem ser destinadas a reforma agrária.

No quadro 4 podemos observar o número de ocupações registradas pelo DATALUTA em todo o Brasil a partir de 2000 e o número de acampamentos formados, a partir dos dados da CPT - Comissão Pastoral da Terra.

Quadro 4 - Relação acampamentos e ocupações no Brasil de 2000-2010		
Ano	Acampamentos	Ocupações

2000	-	519
2001	65	273
2002	64	269
2003	285	540
2004	150	662
2005	90	561
2006	67	545
2007	48	533
2008	40	389
2009	36	391
2010	35	182
Fonte: Acampamentos = Caderno Conflitos no Campo - CPT, 2011; Ocupações = Relatório DATALUTA - Brasil, 2011. Org. Autora.		

Fica clara a diminuição nas ocupações de terra nos últimos três anos, principalmente. Em conversas com alguns líderes da frente de massa do MST, dentre os principais elementos que influenciam a questão agrária atual e, conseqüentemente, estão ligados à diminuição nas ocupações de terra temos o avanço do agronegócio.

Na década de 1980, principalmente, as ocupações que a gente fazia era mais com o latifundiário do boi, criador de pecuária extensiva. A relação se dava diretamente com o movimento e o latifundiário, e o latifundiário armado, a UDR era muito forte nessa década de 80 começo da década de 90. A UDR tinha o papel de armar os fazendeiros, os jagunços para defender as propriedades, o direito da propriedade da terra. E nos dias de hoje eles se defendem mais dentro de uma unidade de classe, então eles têm unidade de classe, então hoje o enfrentamento não é mais com o latifundiário atrasado e, sim com um latifundiário moderno, ligado ao agronegócio.⁵

Em relação ao Pontal do Paranapanema, podemos observar no gráfico 2 o número de ocupações de terra registradas pelo DATALUTA a partir de 2000. No total foram 375 ocupações na região, com apenas 12 ocupações em 2010, o menor número de ocupações desde 2003.

⁵ Trabalho de campo realizado em junho de 2010. Fala de um dos líderes da frente de massa do MST.

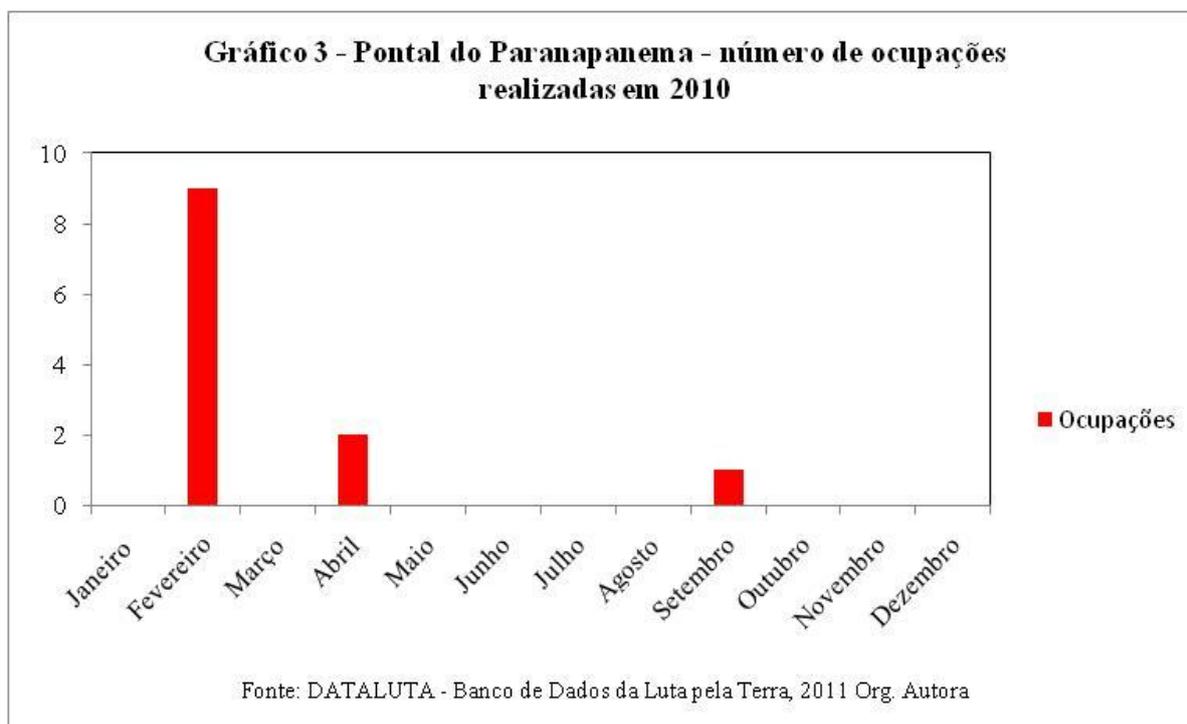


O Pontal do Paranapanema caracteriza-se pelo seu histórico de terras públicas griladas⁶ ao longo dos anos, um dos motivos para a intensa e violenta luta pela terra nesta região. A primeira ocupação feita pelo MST em um município do Pontal do Paranapanema ocorreu em 1990, na fazenda Nova do Pontal no município de Rosana (THOMAZ JUNIOR, 2009). Desde então as ocupações de terras sempre foram intensas nesta porção do estado de São Paulo até a chegada e expansão do agronegócio em 2006.

No Pontal do Paranapanema havia, até o mês de outubro de 2010, quatro acampamentos do MST⁷. O acampamento Vitória em Presidente Bernardes, o Irmã Goreti em Marabá Paulista, o Irmã Dorothy em Cuiabá Paulista, distrito do município de Sandovalina e o Dorcelina em Sandovalina, um número relativamente pequeno de acampamentos em relação a anos anteriores.

⁶ As terras griladas são frutos da emissão de títulos de propriedades falsos.

⁷ Informações obtidas com o Setor de Frente de Massas do MST no Pontal do Paranapanema em outubro de 2010.



Em um total de 12 ocupações no ano (ver gráfico 3), podemos observar que elas ocorreram nos meses de fevereiro, abril e setembro. No mês de fevereiro as 9 ocupações registradas foram realizadas por famílias que pertencem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra da Base (MST da Base), ou seja, o MST liderado por José Rainha Junior, ex-integrante do MST nacional. O “carnaval vermelho” é um mês característico para ocupações realizadas por este movimento, como também ocorreu em 2009. Já em abril, as 2 ocupações registradas foram realizadas por famílias que pertencem ao MST. Em abril o MST realiza ocupações em quase todo o Brasil para, também, lembrar a tragédia que ocorreu em Eldorado dos Carajás - Pará, onde vários sem terras foram mortos em confronto com policiais. Em setembro, a única ocupação registrada foi realizada pelo Movimento dos Sem Teto (MTST), onde algumas famílias ocuparam uma área rural.

Considerações finais

Há mais de trinta anos a luta pela terra, a partir da ascensão dos novos movimentos socioterritoriais, está presente no cenário nacional, questionando a concentração de terras e o avanço do capitalismo no campo. Ainda hoje, as ocupações de terra têm como objetivo a desconcentração fundiária e a reterritorialização de famílias excluídas e expropriadas. Todavia, novos elementos (re) modelam a questão agrária brasileira no que diz respeito, também, às ocupações de terra.

O avanço do agronegócio em alguns estados e a disputa entre modelos de desenvolvimento territoriais rurais, no caso agronegócio e agricultura camponesa, remodelando as propriedades improdutivas, os chamados latifúndios vêm influenciando nas ações dos movimentos socioterritoriais e, conseqüentemente temos no cenário nacional a diminuição das ocupações de terra concomitantemente à diminuição de assentamentos rurais

criados. Por outro lado, o governo Lula investiu na regularização fundiária e incorporou estes territórios na sua política de reforma agrária, procurando evitar o enfrentamento direto com o agronegócio, como demonstrou Santos (2010) em sua pesquisa em escala nacional.

Neste artigo, fizemos apenas uma primeira aproximação desta nova conjuntura da questão agrária criada pelo avanço do agronegócio. A análise de outros elementos é fundamental para compreendermos melhor esta realidade. Este é o nosso tema de pesquisa que pretendemos aprofundar.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2009. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2010.

CARTER, M.. **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CAVALCANTE, M. B. ; FERNANDES, B. M. . **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA (UNESP. Online), v. 13, p. 16-25, 2008.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FABRINI, J. E. **Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital**. In: Revista Pegada. (Dossiê: Agronegócio, Destrutivismo Social e Ambiental em Tempos de Progresso Econômico). v. 9, n. 1., Jun 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>. Acesso em 17 Set 2009.

FABRINI, J. E; MARQUES, E. B; ROOS, D. **A espacialização da luta pela terra no Paraná**. Espaço Plural (Unioeste), v. 1, p. 33-41, 2007.

FELÍCIO, M. J. . **O território imaterial do campesinato**. Boletim DATALUTA, abril de 2010. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. Anais do 8 Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago de Chile : Universidad de Chile, 2001. v. 1

_____. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 275 p.

_____. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Observatório Social de América Latina, v. 24, p. 73-85, 2008.

_____. **Sobre a Tipologia de Territórios.** In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial:** In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, E. R. F. TARGINO, Ivan . **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Revista NERA (UNESP), v. Ano 10, p. 72-93, 2007.

OLIVEIRA, A. U. . **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Rafael de Oliveira C. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009.** FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010. http://www4.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_rafael_coelho_2010.pdf.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1.500. 200 p.

SAUER, S. . **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** 1º Ed. . São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMAZ JR, Antonio. **Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro.** Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1,30 junho 2009. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/01thomaz.pdf>. Acesso em: abril de 2011.